



SE SOU, PRECISO DIZER POR QUE SOU: A TRAJETÓRIA DE UMA MULHER PRETA, MILITANTE E COTISTA

Geyse Anne Souza da Silva¹

*Bacharela Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Acarape-CE, Brasil.*

Jacqueline da Silva Costa²

*Professora adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira nos cursos de Pedagogia e Bacharelado em Humanidades, Acarape-CE,
Brasil.*

Resumo: O presente artigo busca apresentar como a negação e a invisibilidade da identidade negra afeta o desenvolvimento intelectual da população negra. Desse modo, o objetivo é relatar experiências vivenciadas em minha trajetória de vida e acadêmica, a partir de memórias e lembranças que me fizeram ser a mulher que me tornei hoje: preta, militante e universitária. Usando o recurso de narrativas da memória, percorro os territórios e fatos históricos da minha trajetória de vida na educação, nas lutas organizadas no movimento negro, em especial, nas campanhas para a aplicação e a consolidação das ações afirmativas nas universidades federais e na UNILAB.

Palavras-Chave: Trajetória; Educação; Ações Afirmativas; UNILAB

IF I AM, I NEED TO SAY WHY I AM: THE TRAJECTORY OF A BLACK WOMAN, ACTIVIST AND SHAREHOLDER

Abstract: This article seeks to present how the denial and invisibility of black identity affects the intellectual development of the black population. Thus, the objective is to report experiences lived in my personal and academic trajectory, based on memories and remembrance that made me the woman I became today: black, militant and university student. Using the resources of narratives from memory, I go through the territories and historical facts of my life trajectory in education, in the struggles organized in the black

¹ Discente do Curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB-Ce), Membro do Coletivo Enegrecer, Militante do Movimento Negro Unificado. E-mail: geyseannedasilva@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0530-5877>

² Professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB-Ce), Instituto de Humanidades, Docente no Curso de Pedagogia e no Curso de Bacharelado em Humanidades (BHU/Ceará), E-mail: jacquelinecosta.sol@unilab.edu.br ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6257-1288>



movement, in particular the campaigns for the application and consolidation of affirmative action at federal universities and at UNILAB.

Keywords: Trajectory; Education; Affirmative Actions; UNILAB

SI LO SOY NECESITO DECIR POR QUÉ SOY: LA TRAYECTORIA DE UNA MUJER NEGRA, ACTIVISTA Y ACCIONISTA

Resumen: Este artículo busca presentar cómo la negación e invisibilidad de la identidad negra afecta el desarrollo intelectual de la población negra. Así, el objetivo es relatar experiencias vividas en mi vida y trayectoria académica a partir de recuerdos y memorias que me hicieron la mujer en la que me he convertido hoy: negra, militante y universitaria. Utilizando el recurso de las narrativas del recuerdo, cubrimos los territorios y hechos históricos de mi trayectoria de vida en la educación, en las luchas organizadas en el movimiento negro, en particular las campañas para aplicación y consolidación de la acción afirmativa en las universidades federales y en la UNILAB.

Palabras-clave: Trayectoria; Educación; Acciones afirmativas; UNILAB

SI JE SUIS, JE DOIS DIRE POURQUOI JE SUIS : LE CHEMIN D'UNE FEMME NOIRE, MILITANTE ET ACTIONNAIRE

Résumé: Cet article présente les effets du déni et de l'invisibilité de l'identité noire sur le développement intellectuel de la population noire au Brésil. Ainsi, le travail souligne des expériences de ma vie et de mon parcours académique à partir des mes souvenirs. Tels mémoires ont contribué pour mon devenir noire, comme femme, militante et étudiante. À partir des ressources de la mémoire et du récit, nous avons visité les territoires et les faits historiques de ma trajectoire de vie aux champs de l'éducation, des luttes organisées par le mouvement noir, en particulier, les campagnes pour l'application et la consolidation de la discrimination positive dans les universités fédérales et à UNILAB.

Mots-clés: Trayectoria; Education; Actions positives; UNILAB.

INTRODUÇÃO

O Ceará é um estado que possui uma forte e rica ancestralidade indígena e africana. Afirmo isso por dois motivos: primeiro, porque me vejo nas milhares de mulheres e homens cujos traços refletem como um espelho de autorreconhecimento e de pertença étnica; segundo, a culinária, os costumes, as linguagens, as culturas, a geografia das cidades, cujo nome dos bairros são provas vivas dessa presença indígena e africana. É esse o meu “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017), lugar de tantas companheiras e companheiros dos movimentos negros e indígenas, e de tantos outros. Lutamos



incansavelmente para garantir o reconhecimento e a validação dessa ancestralidade que a todo o tempo sofre tentativas de apagamento e silenciamento.

Essas tentativas se dão de várias maneiras, uma delas, talvez a mais central, é a insistência da narrativa de que no Ceará não existe negros, tampouco indígenas. Narrativa defendida e difundida por grande parte de uma elite de dentro e de fora das universidades, que não reconhecem as cicatrizes e as desigualdades deixadas pela colonização à esses povos. No que tange a população negra, em contraposição a essa narrativa, dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) demonstram que esta é frágil e não-verdadeira, uma vez que em 2018, o percentual da população preta e parda no Ceará era de 71%. Em 2019, esse percentual aumentou 1,5 pontos percentuais, chegando a 72,5%, totalizando 9.166.913 habitantes, enquanto os dados em relação ao percentual de pessoas brancas foram de 25,4%; de pessoas amarelas, 1,4%; e indígenas, 0,5%.

Logo, viver em um lugar onde nega seus povos originários, torna-se um desafio e um lugar de luta constante pela garantia de direitos, como o direito à vida, às políticas públicas de saúde, ao ingresso no mercado de trabalho, ao salário digno, à posse definitiva da terra de indígenas e quilombolas e pelo acesso à educação básica e superior. Eu vivo esses desafios o tempo todo. Assim, quando penso em minha trajetória, a imagem que vem em mente é o Adinkra da Sankofa, que representa: “retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro”. Assim o retorno para o Ceará, a minha inserção no movimento negro e, posteriormente, meu ingresso na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileiras (UNILAB) representam meu passado/presente, meu lugar de origem, de identidade e de memória ancestral, mirando um futuro próspero repleto de oportunidades.

Desse modo, o presente artigo tem como objetivo relatar experiências vivenciadas em minha trajetória de vida e acadêmica a partir de memórias e lembranças que me fizeram ser a mulher que me tornei hoje: preta, militante e universitária. Fazer memória de minha passagem pela escola e dos traumas causados em mim, falar da importância do Movimento Negro no Brasil e no estado de Ceará, sobre a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a implantação da Lei Federal 10.639/03, a adoção de Políticas Afirmativas pelas universidades públicas estaduais e federais e por último, e não menos importante, como a criação da Universidade da Integração

Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) altera e vem alterando positivamente minha trajetória de vida e a de centenas de jovens e adultos que, assim como eu, sempre sonharam em ingressar em uma universidade pública, como parte de um projeto de mobilidade social ascendente, amplamente defendido desde a década de 70, por Lélia Gonzalez, Filósofa e professora universitária.

1. NÃO NASCEMOS NEGRAS, NOS TORNAMOS

Sou Geyse Anne Souza da Silva, nasci no dia 28 de agosto de 1992, em Guarulhos - SP, filha de nordestinos, Euda Maria (1965), piauiense e Francisco Clemilton (1966), cearense. E que quando jovens, com uma filha, Ana Gleyce (1989), partiram para São Paulo em busca de uma vida melhor, assim nesse período foram morar na favela de Cúbica, em Guarulhos, cidade onde nasce a segunda filha, Ana Ingrid (1991), e eu (1992). Essa história de sair do Nordeste, passar um tempo em São Paulo, em busca de uma vida melhor na “cidade grande” e depois retornar para o nordeste é uma repetição secular.

Antes de continuar a desenvolver minha trajetória, acredito que seja importante falar um pouco da cidade que acolho como cidade natal, Caucaia. Segundo os dados do site da Prefeitura, “faz parte da região metropolitana do Estado do Ceará com cerca de 1.227,9 km², equivalente a 0,83% da superfície estadual, com um contingente populacional de 362.223 habitantes e densidade demográfica de 264,91 hab./km²”

Em uma rápida pesquisa, nos sites da Prefeitura, da Câmara Municipal e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não encontrei nenhuma palavra, muito menos informações, que apresentem a diversidade étnica presente nesse território. O que encontrei foram histórias da colonização, uma fundação e constituição de uma cidade a partir da igreja católica. Ouvimos desde cedo que no Ceará não existe negros, algo que é impossível de acontecer, já que eu, meu pai, minhas irmãs, meus amigos e pessoas desconhecidas somos negros. Então, essas pessoas não existem? Nesse momento, me vem na memória o enredo da Escola de Samba Mangueira “História para ninar gente grande” (2019) que fala o seguinte: “Brasil, meu nego/Deixa eu te contar/A história que a história não conta/O avesso do mesmo lugar/Na luta é que a gente se encontra”.



Dados da Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido (Adelco) (uma ONG que contribui com as comunidades tradicionais em busca do fortalecimento socioambiental e cultural), dão conta de que o município de Caucaia tem um território étnico ancestral de muita luta e resistência dos povos originários. O Povo Tapeba, por exemplo, está situado em Caucaia, organizado em 17 aldeias, na área reivindicada de 5.294 hectares. Segundo dados do Siasi-Local, Dsei-Ce/SESAI/MS, em 28/10/2016, os Tapeba têm uma população de 8.010 habitantes. O Povo Anacé, por sua vez, vive nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, trabalhando principalmente na produção de hortaliças, agricultura de subsistência e criação de animais. Sua população é de 2.361 pessoas segundo o Siasi-Local, Dsei-Ce/SESAI/MS, em 28/10/2016.

Caucaia é a cidade do Ceará com o maior número de quilombos reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares, são eles: a Serra do Juá, Porteiras, Boqueirão da Arara, Caetanos/Capuan, Cercadão dos Dicetas, Deserto, Serra da Conceição, Serra da Rajada e Boqueirãozinho. Na entrevista concedida por Cristina Quilombola com o título “Liderança feminina e plural em Caucaia, cidade com o maior número de quilombos do Ceará” para o Jornal Diário do Nordeste (2019) podemos conhecer o processo de luta e protagonismo das mulheres quilombolas emergentes desse território. Portanto, referências positivas não faltam para demonstrar a grandiosidade desse território ancestral: “Digam ao povo que avance!”, assim bradam os povos indígenas.

E é nessa Caucaia diversa que chego quando eu tinha 3 anos e ali construí boa parte da minha vida, personalidade e referências. Estudei na Escola Municipal Raimundo Jerônimo, no bairro da Jurema e sempre gostei da matéria de História, porém quando se tratava do Descobrimento do Brasil, me sentia incomodada e na minha imaginação eu estava do outro lado, eu era a mulher indígena surpreendida com a chegada do homem branco no continente. Sobre isso me encontrei em Grada Kilomba (2019), em seu livro “Memórias da Plantação”, ao pensar sobre os vários relatos e descrições minuciosas sobre o racismo e resquícios da escravidão, as quais parecem me advertir que aqueles não eram meramente fatos do passado, mas memórias vivas enterradas em nossa psique, prontas para serem contadas.

Nos conteúdos sobre a escravidão tais questões se tornavam mais evidentes. Somente hoje compreendo o constrangimento que sentia diante do que era exposto nas aulas, afinal esse momento da história é contado no livro didático de forma simplista,



romantizada e extremamente acrítica, fazendo com que o crime do tráfico e da escravização dos povos do continente africano fossem naturalizados no currículo escolar e assimilado também como normal pelo conjunto de crianças negras e não-negras.

O artigo escrito por Ana Célia da Silva (1999), do livro “Superando o racismo na escola”, organizado pelo Professor e Antropólogo Kabengele Munanga, que circulou muitas escolas brasileiras, me fez pensar também sobre a ideologia do branqueamento em que “o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos” (SILVA, 1999, pg. 23).

Nessa época, eu ainda não sabia que era negra. Como afirma a escritora e psicanalista Neusa Souza Santos (1983): “A descoberta de ser negra é mais que a constatação do óbvio”. Mesmo sendo de uma família negra, vivendo em um território negro, não tínhamos referências ou conversas sobre nossa identidade racial, por exemplo. Algo que pudesse me fortalecer dentro e fora do espaço escolar. Lembro-me que nesse período, além de não me dar conta da minha identidade negra, na sala de aula sempre fui inquieta, faladeira e briguenta, ao ponto de tentarem me anexar o perfil “sem futuro”. Mostrando que “existe por parte de muitos professores uma baixa expectativa em relação à capacidade dos alunos negros e pertencentes às classes populares” (SILVA, 2005, pág.26).

Pensando com Kilomba (2019), a impressão de que as instituições querem o tempo todo te colocar uma máscara, como a de Anastasia, mencionada pela autora. O fato de ser faladeira, agitada, não queria dizer nada em relação ao meu interesse pelos estudos. Somente hoje entendo que a escola queria que eu usasse uma máscara da menina silenciada, a máscara do bom comportamento. E isso me seguiu até terminar o ensino médio, causando-me traumas que impactou negativamente meu desenvolvimento intelectual e sei que essa condição me persegue até hoje, mesmo com todo engajamento dentro do movimento negro e em outros espaços de sociabilidade os quais circulo.

Da 6ª série até o 3º ano do ensino médio, fui estudar na Escola de Ensino Fundamental e Médio Prof. Edmilson Guimaraes de Almeida, em Fortaleza. Não tão longe, uma vez que onde eu moro é território fronteiriço, Caucaia/Fortaleza. Senti na pele a diferença da escola e do ensino. Apesar de estar bem atrasada no conteúdo, foi nessa



escola que participei da minha primeira Semana Científica e foi nesse espaço que comecei a me engajar nos movimentos sociais, já aos 17 anos.

Era 2009, a escola passava por um processo de eleição da sua nova diretoria e nós, estudantes, começamos a nos organizar, e refletir o porquê de nossa escola estar tão destruída. Todavia, a necessidade de trabalhar não me permitiu participar de todas as discussões, pois tive que transferir minhas aulas para o turno noturno. Foi uma época muito difícil, pois saía de casa às 7h pegando ônibus lotado, trabalhava como recepcionista em uma loja de peças para máquinas, motos e carros e saía de lá 17h, novamente em um ônibus lotado. Chegava na escola muito cansada para assistir aula. E foi assim que concluí meu ensino médio, como uma jovem trabalhadora estudando a noite.

Em 2017, o rapper Rincon Sapiência lançou o álbum “Galanga Livre” onde podemos encontrar a música “A volta pra casa”, com as seguintes estrofes,

Da casa pro trampo, do trampo pra faculdade.
O corpo exausto, apesar da pouca idade.
Sem novidade, a mesmice na rota.
Tentando ser um bom funcionário com boas notas.

A primeira vez que escutei essa música, já tinha se passado 7 anos desde minha formatura no ensino médio, mas as dificuldades que passei como uma jovem trabalhadora e estudante ainda marcavam minhas memórias. Afinal, antes mesmo de mudar para o turno da noite, conheci o movimento estudantil, as pautas das juventudes sobre a educação e a defesa que ela fosse mais igualitária.

Ainda em 2009, participei da etapa estadual do Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundarista - CONUBES, no Cuca Che Guevara em Fortaleza-CE, e da etapa nacional, em Belo Horizonte-MG, ambas tiveram como pauta principal a defesa dos 50% do fundo do pré-sal para a educação. Também participei de debates sobre a questão racial, quando conheci a Lei 10.639/03 e as cotas raciais.

Comecei a militar de forma orgânica no Coletivo Kizomba que é um movimento de juventude organizado nacionalmente. Fundada em 1999, a partir de uma tese apresentada ao 46º Congresso da União Nacional dos Estudantes - CONUNE. A tese apontava para uma Nova Cultura Política orientada pela luta democrática, socialista, feminista, antirracista, antiproibicionista e antiLGBTfóbica.



E também no Coletivo Nacional de Juventude Negra - ENEGRECER que se constitui como uma frente de auto-organização de jovens negros e negras que atribui na promoção de uma intervenção política comprometida com a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo nos diversos espaços, segundo a resolução política de 2011.

Em seguida tive a tarefa de fazer parte da Associação Cearense dos Estudantes Secundaristas, ACES, na Diretoria de Combate ao Racismo, e foi no momento de discussão para a indicação do meu nome que comecei a me perguntar sobre minha identidade racial. Desse modo,

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida e suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. (SANTOS, 1983)

Nesse período, tive acesso a duas leituras que foram fundamentais na minha formação política e acadêmica que foram o artigo de Florestan Fernandes “Luta de raças e de classes” e da Sueli Carneiro “Enegrecer o feminismo”. Esses dois textos foram pilares para minha compreensão da história da população negra no Brasil. No primeiro, entendi que a comemoração do 13 de maio, segundo Florestan, tem dois lados: “[...] uma realização altruística da Casa Imperial e de elogio à conciliação. O do negro, agente desconhecido das ações decisivas e fulminantes na hora final, e do desmascaramento da história oficial [...]” (1998). E ainda, “[...] a raça é uma formação social que não pode ser negligenciada na estratégia da luta de classes e de transformação dentro da ordem ou contraordem” (1998). E, com Sueli Carneiro (2003), compreendi a necessidade da organização enquanto mulher negra quando,

Ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelo movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (p. 118).

Hoje eu entendo por que esses dois textos foram importantes para a construção da minha identidade racial e étnica, pois o artigo “Lutas de raças e classes” desconstrói todas as informações sobre a dita “abolição” que aprendi na escola. Era como se eu gritasse: “Tá vendo, eu sabia que não tinha sido assim”. E com Sueli Carneiro, compreendi que as



mulheres negras podem sim, ter uma luta individual e coletiva que contemple uma agenda de reivindicações a partir de necessidades que levem em conta suas experiências de vida, considerando que nós mulheres negras temos um duplo desafio, o enfrentamento cotidiano do racismo e do sexismo nos mais diversos espaços da sociedade.

Assim, ao terminar o ensino médio, outra jornada se iniciava, o ingresso à universidade. Prestei o vestibular para Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE), mas não obtive êxito, pois nunca tinha pensado em ingressar numa universidade, entretanto, o espaço do movimento estudantil fez com que eu fizesse a prova e disputasse esse espaço. Contudo, em minha cabeça havia um fantasma que me perseguia, me fazendo crer que ali ainda não era lugar para uma pessoa do meu perfil, “sem futuro”.

2. NACIONALIZAR AS MOVIMENTAÇÕES EM DEFESA DAS COTAS

Petrônio Domingues (2008), afirma que a educação sempre esteve presente nas pautas de reivindicação dos movimentos negros no Brasil. O movimento negro sempre esteve presente nas lutas pelo acesso à educação pública uma vez que o estado brasileiro criou muitas leis para barrar a população preta escravizada e alforriada aos estabelecimentos de ensino. Gomes (2011), não só reitera a importância do movimento negro como afirma ser ele um “sujeito político” que contribui significativamente na proposição de políticas educacionais para desarticular o racismo presente na sociedade brasileira e na educação.

Trago esses dois autores, para novamente dizer que a minha inserção no movimento negro foi e vem sendo extremamente importante. Continuei na militância negra pelo *Coletivo Enegrecer*, indo às escolas falando sobre identidade racial e combate ao racismo. Sentia que estava fazendo a coisa certa, pois era uma oportunidade de levar esse debate a mais jovens. Foi então que os debates sobre a constitucionalidade das cotas entram com tudo no cenário político e tivemos que organizar o “Fórum Cotas Já” em Fortaleza. Reunindo professoras, estudantes, sindicalistas e militantes do movimento negro para agitar a cidade e cobrar das universidades a aplicação de 50% das cotas já no seu primeiro ano, e assim aconteceu. Fizemos atos pela cidade com a mobilização de estudantes secundaristas e ocupamos o jardim da reitoria da Universidade Federal do Ceará (UFC) em um “aulão” sobre as cotas em 2012.



Nesse momento de lutas pelas cotas raciais, me filio ao Movimento Negro Unificado - MNU. O MNU nasce da reação organizada de negras e negros contra o racismo na sociedade brasileira. O lançamento público nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo marca a história da luta do povo negro, bem como a sua intervenção política, cultural e social presentes na formulação de políticas públicas. Contudo, mesmo com essa efervescência e luta para garantir a presença negra nas universidades, ainda sentia que a universidade não era espaço para mim. Talvez por pensar que eu não tinha capacidade ou repertório para ser estudante universitária. A lembrança dessas narrativas internas me faz perceber o quanto o racismo mexeu com minhas escolhas e possibilidades desde o começo da minha juventude. Afinal, a educação não foi pensada para a população negra e todas as conquistas educacionais foram garantidas com organização, intervenção e de muitas lutas coletiva.

Assim, tive forças para romper com as marcas e traumas do racismo internalizado desde minha infância sobre o meu corpo e minha psique nesse espaço da educação. A coletividade negra me nutriu, me encorajou e, no ano seguinte, passei no vestibular da UECE, no curso de Filosofia, rompendo com os traumas de diversos vestibulares nos quais não fui aprovada, e conquistei meu lugar nos bancos daquela universidade. Porém, as dificuldades econômicas e epistemológicas também estavam por lá, pois não tive acesso à auxílios e/ou bolsas que pudessem garantir a minha permanência no curso. Nesse mesmo período, continuei minha luta dentro dos coletivos negros. Em 2013, participei da Greve de professores e estudantes da UECE, da Universidade Regional do Cariri (URCA) e Universidade do Vale do Acaraú (UVA). As pautas apresentadas eram: concursos para servidores e professores, o Plano de Cargo, Carreira e Salário para os profissionais, a política de assistência estudantil e a melhora na infraestrutura nas universidades estaduais.

Cursar Filosofia, mesmo que por pouco tempo, foi um desafio pois não conseguia me encontrar no curso e nos debates em sala de aula. Naquela época, não tive referências negras que pudessem me encorajar e compreender que meu corpo negro também poderia filosofar, já que o currículo do curso não apresenta a filosofia africana. Com a entrada de mais pessoas negras nas universidades, a intelectualidade negra tende a conquistar visibilidade nos currículos dos cursos universitários. Contudo, essa visibilidade vem com embates epistêmicos e contornos racistas, exemplo disso, foi a conquista depois de 35



anos da tradução do livro “Mulheres, Raça e Classes” da Filósofa Ângela Davis para o português em 2016 pela Editora Boitempo.

Mas em 2016 eu já não estava mais na Filosofia, não pude ficar em um espaço que não me encontrei, fora as dificuldades de criar redes de apoio devido às limitações da própria universidade. Contudo, minha atuação política continuava na defesa da educação e combate ao racismo. E continuei atuando no movimento estudantil e movimento negro em espaços como os Encontro de Estudantes Negros da UFC, UECE e da UNE contribuindo com debates sobre o combate ao extermínio da juventude negra e feminismo negro.

Esses encontros de estudantes negros são frutos de um ambiente de fortalecimento das políticas de ações afirmativas com a constitucionalização das Cotas nas universidades públicas por exemplo. A cada encontro, jovens negros puderam se agrupar e reivindicar a presença da intelectualidade negra, principalmente brasileira, como Lelia Gonzalez, Milton Santos, Adbias do Nascimento, Sueli Carneiro, entre outros(as). Afinal, não basta só a presença de corpos negros na universidade, queremos que nosso conhecimento também esteja lá nos acompanhando nesse percurso epistêmico, e acredito no poder modificador que o movimento negro faz com a sociedade.

Esse poder também modifica minhas escolhas e tinha uma pergunta que não poderia calar: como eu, uma jovem militante do movimento negro, não estava lá ocupando um espaço de direito que é a universidade?

3. RETORNO À UNIVERSIDADE: NOVAMENTE EM MIGRAÇÃO, ME MUDO PARA A CIDADE DE ACARAPE

4.

Eu tinha de encontrar essa resposta, mas antes eu tinha que encontrar um lugar possível para isso. Esse lugar existia há 2h da minha casa, onde não me sentiria "estranha" com minhas saias coloridas e longas, cabelo *black power* e uma vontade gigante de acabar com o racismo nas mais diversas frentes. Tive a oportunidade de visitar esse lugar na entrega do título de Doutor Honoris Causa ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 02 de março de 2013.

Desde então embarquei na maior aventura da minha vida; saí de casa e fui estudar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, a UNILAB.



Entrei no processo interno de ingresso, via nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e escolhi o curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU). A UNILAB, segundo Costa (2019) é resultado concreto das demandas dos movimentos sociais, em destaque o movimento negro, indígena, dos (as) trabalhadores (as) rurais sem-terra, dos núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas das universidades públicas brasileiras - Neab/Neabi. E, segundo o site da UNILAB, Acarape era uma região habitada pelos índios Tapuias e Baturité sendo conhecida por vila dos índios, recebeu os índios expulsos da região de Jaguaribe e recebeu o título de município pela Lei Estadual nº 11308, de 15 de abril de 1987. Faz parte da Região Maciço de Baturité e seu nome vem do topônimo Acarape do Tupi Acarás e significa: de Acarapé (caminho dos acarás, canal do peixe ou caminho das garças). Sua denominação original era “Cala boca” e, desde 1926, Acarape, de acordo com as informações no site da Prefeitura Municipal da cidade.

Agora como cotista, retornei para a universidade. Desta vez, mais segura, mesmo sabendo dos desafios que iria enfrentar. Meu retorno à Universidade somente se deu em 2017, um ano depois da aprovação da Emenda Constitucional n.º 95, Teto de Gastos Públicos, que tem impactado principalmente as áreas da Saúde e da Educação. Os cortes na educação tiveram um impacto no Plano Nacional de Assistência Estudantil, fazendo com que vários estudantes ficassem sem auxílios já desde o meu ingresso. Essas dificuldades financeiras, fizeram com que eu me mantivesse em uma relação abusiva, uma vez que precisava pagar aluguel e custear minha alimentação. Tudo isso quase me fez desistir da UNILAB, o que se tivesse acontecido, com certeza estaria arrependida.

Que minhas lágrimas sejam visíveis, mas que elas não falem por mim. Sendo assim, apesar das adversidades, foi através de redes de apoio mútuo, a forte presença de mulheres negras que como eu carregavam e carregam consigo a luta contra o racismo e o sexismo, as referências de intelectuais negras a qual eu tive acesso, cantadas e contadas na voz de mulheres negras, que eu pude me fazer presente neste espaço da universidade.

A presença de mulheres negras no quadro de professores nessa Universidade, mulheres como Jacqueline Costa, Carol Bernardo, Eliane Costa, entre várias outras, cuja forma física simboliza a rede de apoio construída na UNILAB. As referências e modificações curriculares geradas a partir da presença dessas mulheres transformaram o fazer educacional, afinal como afirma a intelectual Angela Davis, quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura social se movimenta com ela, e tais mudanças se



notam quando suas atuações em sala de aula nos proporcionam leituras como as de Carolina Maria de Jesus, em seu livro “Quarto de Despejo”, livro este que foi fundamental na minha permanência na universidade. Carolina, com todas as dificuldades impostas pelo sistema racista e sexista, nunca desistiu de escrever e de realizar seu sonho de ser escritora. Apesar dos momentos depressivos, a vontade de escrever me mostrou que eu também conseguiria.

Com histórias diversas, pois cada uma vem de um lugar diferente, mas com enfrentamentos semelhantes, quer econômico, quer racial e de gênero, foram essas que me encorajaram nesse processo de entender que eu também podia ser quem eu quisesse ser. Portanto, ver mulheres negras doutoras, coordenadoras de curso, principalmente em sala de aula rompendo com a epistemologia dominante, elevou minha autoestima e me fortaleceu nessa caminhada. Exemplos positivos que alteram o presente e futuro de toda uma geração de jovens estudantes cotistas e não cotista. E me mostraram que a escrita no formato de “Escrevivência”, como nos ensina Conceição Evaristo, não diminui minha competência de produção intelectual, pelo contrário, reafirma e ressignifica meu papel no mundo acadêmico e social.

Além de tudo isso, a música também tem sido um instrumento utilizado pelo nosso povo como forma de resistência e empoderamento. E o álbum “Rimas e Melodias”, feito por mulheres da cena Hip Hop brasileira como Alt Niss, Drik Barbosa, Karol de Souza, Mayra Maldjian, Stefanie, Tássia Reis e Tatiana Bispo, traz-nos as letras das músicas com uma mensagem direta à sociedade machista, nada obstante, traz o afeto e a força ancestral para nós, mulheres negras.

É sobre lutar, sobre nos amar
É sobre viver e sobreviver
É sobre lutar, sobre conquistar
É sobre fazer valer

Toda força, mulher preta
Toda garra, mulher preta
Quanta força, mulher preta
Somos glória, mulher preta

A ida para a UNILAB transformou minha vida pessoal e militante, pois ao sair de Caucaia/Fortaleza, conseqüentemente, me distanciei do dito “centro” da política. A não



presença física em reuniões, eventos e atos ainda era estranho para mim, contudo, esse processo fez com que eu pudesse olhar para mim mesma e pensar em outras prioridades como minha formação acadêmica e profissional. Para muitas de nós tem parecido mais um chamado que uma escolha vocacional, somos impelidas até mesmo empurradas para o trabalho intelectual por forças mais poderosas que a vontade individual (hooks, 1995, pág. 465).

Não deixei de atuar politicamente na universidade, pois mesmo a UNILAB sendo uma universidade afrocentrada, vivenciamos o racismo institucional cotidianamente, seja pelos cortes na educação que atinge diretamente os estudantes cotistas ou pela reação da gestão universitária com intervenção artística negra com stencil nas paredes brancas dos pátios com a frase: Preta Lute; Preto Lute feita em uma roda de apresentação do Coletivo Enegrecer.

Além de participar do Diretório Central Estudantil da UNILAB nas gestões “Todas as vozes no DCE (2017-2018) e Unidade pela Integração (2019-2020), participo do Grupo de Pesquisa e Extensão “Sobre o corpo feminino: literaturas africanas e afro-brasileira” coordenado pela Dra. Prof.^a Luana Antunes e do Grupo de Pesquisa e Extensão “Diálogos Urbanos” coordenado pelo Dr. Prof. Eduardo Machado.

A proposta curricular dos cursos da UNILAB tem sido potência na vida de muitas(os) estudantes, pois possibilita um novo olhar sobre nós e sobre quem somos. Com sua proposta decolonial, pós-colonial e afrocentrada, os conteúdos despertam em nós um enorme interesse pelos estudos e querer aprender a produzir um conhecimento a partir dos países do sul global, como recomenda Gomes (2012), no texto “Relações Étnico-Raciais, educação e descolonização dos currículos”. Sinto que na UNILAB, foi um encontro comigo mesma, como a menina preta que não se sentia dentro do “perfil” para estar em uma cadeira universitária. Lá criei redes de apoio-afetos-amizade, referência estética e ancestral. Assim, como a Sankofa, sempre voltando para o meu passado/presente em busca de construir meu futuro.

5. O DESAFIO DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Na UNILAB, despertei-me para a vida universitária, sentimento que nunca havia sentido antes. Ao longo da minha passagem pelas componentes curriculares fui fazendo



uma imersão e compreendendo que vivemos em uma sociedade que não valoriza o trabalho intelectual, ou uma sociedade anti-intelectual, como afirma hooks (1995). O que torna difícil para nós sujeitas (os) que vêm de grupos marginalizados considerarem o trabalho intelectual importante, por falar de nós, de nossas experiências.

Por muito tempo, não tive como atividade cotidiana o hábito da leitura e da escrita, mas ao entrar na universidade, isso se tornou um desafio constante para mim por toda uma trajetória de negação do ser-intelectual que posso ser. Assim, escolhi como tema do projeto de pesquisa o assunto que mais tenho propriedade para falar e conseqüentemente, escrever. O “Movimento Negro Cearense: Fortalecimento da identidade negra a partir de ações educativas antirracistas em Fortaleza - CE”, foi feito como contribuição acadêmica a toda militância que tenho no movimento negro, afinal, se não fosse por esse movimento, eu não teria entendido meu papel revolucionário na sociedade e não teria entrado na universidade e possivelmente, estaria vivendo alienada de minha condição.

Para Gomes (2017), esse chamado movimento educador, objeto de minha pesquisa, questiona e apresenta novos enunciados e significados, além de fazer desafiar-se a ser um elo coesivo dessas narrativas para a reconstrução de uma história oficial outra do Brasil. Portanto, acredito que a luta pelas ações afirmativas mudou e mudará os rumos de toda uma geração de jovens, reconfigurando seus projetos de vida, seja de quem lutou pela aplicação das cotas, seja por quem ingressou por ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência do racismo e suas conseqüências ultrapassam a barreira do tempo-espaço na constituição das sociedades e instituições. Para o filósofo e advogado Silvio Almeida (2019) o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional.

Dentro desse contexto, o racismo institucional e o racismo cotidiano fazem com que vivamos sob constante tensão racial e sob um movimento de negação de si, como diria Frantz Fanon (2008). Ao mesmo tempo vivemos em constante movimento de luta individual e coletiva para provocar mudanças nas estruturas sociais, culturais e econômicas na humanidade. Movimento que vem ocorrendo há séculos, por meio da luta

do movimento negro, dos povos indígenas e dos povos quilombolas pela garantia do direito à terra, afirmação de sua identidade, acesso à educação e à produção de conhecimento a partir do seu lugar de experiência.

É importante destacar que toda a luta empreendida ao longo dos anos, gerou um conjunto de políticas públicas fruto de ações políticas diversas para reparar os danos causados pela exclusão social, política, econômica e cultural de uma minoria étnica branca sobre o enorme quantitativo da população negra existente em nosso país. Em 2003, assim que tomou posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva promulgou a Lei 10.639/03 e a partir disso a Lei 11.465/08 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) quando incluiu no currículo de ensino a “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Tais leis têm contribuído para romper com os silenciamentos e apagamentos históricos dos povos africanos e indígenas, povos majoritários, porém minoritários em representação no âmbito escolar.

Ademais, a política de cotas também compõe esse leque de ações afirmativas. Após 20 anos da Conferência de Durban e após 18 anos de implantação dessa importante política pública de inclusão no ensino superior, podemos sentir as transformações causadas pela entrada de jovens e adultas (os) negras (os) na universidade. Os dados apontam a eficácia dessas medidas nas universidades públicas e após esse longo período de implantação, nesse momento elas precisam ser aperfeiçoadas para um melhor aprimoramento, no qual cito dois exemplos: o primeiro, são as bancas de heteroidentificação como forma de fortalecimento dessa política afirmativa; o segundo é o investimento de recursos públicos para que os programas instalados nas universidades estaduais e federais ofereçam uma robusta política de permanência, com dotação orçamentária para a construção e manutenção de moradia universitárias, restaurantes universitários e fomentem investimentos à pesquisa e à extensão de milhares estudantes negras(os), indígenas, quilombolas e africanas(os), para a permanência e o sucesso destes.

Em 2022, essas políticas passarão por uma revisão, tanto do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas previsto no Art. 7 da Lei 12.711. E desde já, precisamos nos preparar para os embates racistas que enfrentaremos para a manutenção de um direito conquistado e assegurado por lei. Afinal, é impossível eliminar as desigualdades raciais

e sociais de exclusão da população negra no campo educacional de mais de 500 anos em apenas 10 anos. Lélia Gonzalez aponta o caminho faz um bom tempo, “organização já”!

É inegável não reconhecer que nas últimas décadas tivemos conquistas significativas, sobretudo no campo da Educação, com o ingresso de jovens com a mesma faixa etária que a minha na universidade, no meu caso mulher, preta e protagonista da minha trajetória de vida, conectada à história coletiva do povo negro na Diáspora. As dificuldades que atravessei para me tornar uma mulher negra consciente de minhas raízes e heranças ancestrais é fruto de um sistema de negação à memória, pertencimento e perspectivas positivadas. Aqui, afirmo que foi através da luta dos movimentos negros que tive a oportunidade de interromper esse ciclo alienante que o racismo me colocou.

Desse modo, ao reviver momentos de minha trajetória de vida, vejo concretamente que a criação da UNILAB contribuiu significativamente em minha vida e na vida da população negra brasileira, africana, quilombola e indígena do estado do Ceará e de todo o Brasil. A diversidade do corpo discente presente hoje na instituição, tem demonstrado uma potente via de transformação epistemológica a partir da produção do conhecimento com base em nossas experiências. Corpos que se encontravam à “margem” e não-visíveis, tendo suas mentes subjugadas à luz de um currículo eurocêntrico cultuado pela elite branca que colonizou nosso lugar, nosso povo, agora os vejo como corpos rumo ao “centro”, acelerando o processo de desracialização e desarticulação do epistemicídio que a tempos vem sendo praticado nas universidades brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Revista de Estudos Avançados*, n. 17. São Paulo, 2003, p. 117-132

COSTA, Jacqueline da Silva. O papel do movimento negro na consolidação de um projeto político-educacional por meio das políticas de ação afirmativas. *N'umbuntu em revista*, v.02, p.01 - 20, 2019.

DOMÊNICO, Deivid *et al.* História para ninar gente grande. *Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira*. Rio de Janeiro, 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 13, núm. 39, septiembere-diciembre, 2008 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Rio de Janeiro, Brasil.

EVARISTO, Conceição. MARTINS, Leda. *Escrevivência, Oralitura*. Disponível em: <https://youtu.be/GMse92ybeXY> . Acesso em: <06/09/2021>.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA. 2008.

FERNANDES, Florestan. Luta de raças e de classes. *Teoria e Debate*, [s. l.], ed. 02, 9 mar. 1988.

GALANGA LIVRE, Rincon Sapiência. São Paulo: *Boia Fria Produções*: 2017 (46:17)

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, volume 12, pp 98-109, jan/abr 2012.

_____. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. *Petrópolis*, RJ: vozes, 2017.

hooks, bell. Intelectuais Negras. *Revista Estudos feministas*. Nº2/95. vol.3. 1995.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação. Rio de Janeiro, *Cobogó*, 2019.

MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. 2ª edição revisada. Brasília: *Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade* – 1999. 204 p.

NISS, Alt et al. Rimas & Melodias. São Paulo: *Independente*: 2017 (34:00).

QUILOMBOLA, Cristina. Liderança feminina e plural em Caucaia, cidade com o maior número de quilombos do Ceará. Entrevista concedida a Roberta Souza. *Jornal Diário do Nordeste*. Novembro, 2019.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. (In) MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. 2ª edição revisada. Brasília: *Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade* – 1999. 204 p.

SANTOS, Neusa Souza. Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: *Edições Graal*, 1983.

TAKANO Cidadania (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro; *Takano Editora*, 2003.

Recebido em: 30/07/2021

Aprovado em: 26/09/2021